

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA SENHOR PREGOEIRO E/OU AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2019

OBJETO: contratação dos serviços de continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI, já qualificada na licitação em epígrafe, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra o ato que declarou vencedora do certame a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, com fulcro no item 11 e seguintes do instrumento convocatório, bem como no art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, pelas razões de fato e de direito a seguir descritas.

I. PRELIMINAR

A - DA TEMPESTIVIDADE

Na forma da lei e do item 11 do edital, é de 03 (três) dias úteis o prazo para interposição das razões de recurso após registrado em ata a intenção de recorrer, motivadamente. Vejamos o que dispõe o inciso XVIII, do art. 4, da Lei 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. (grifamos)

Portanto, requer-se seja recebido e processado, em razão do princípio da legalidade, expresso no art. 3º da Lei 8666/93, posto que tempestivo.

II – DOS FATOS

Realizada a sessão pública, classificadas as propostas, iniciou-se a fase de lances, restando, ao final, classificada e declarada vencedora a ora Recorrida, após a realização de diversas diligências.

Desta forma, o pregoeiro abriu o prazo para manifestação de intenção de recurso, onde então a Recorrente registrou sua intenção em recorrer, tendo sido o pedido deferido pelo pregoeiro, sendo que o prazo legal para a apresentação de razões recursais, com final do prazo em 07/04/2019.

Portanto, vem a Recorrente, tempestivamente, apresentar suas razões recursais, afim de apontar as ilegalidades apresentadas na planilha da empresa vencedora do certame.

É a síntese do essencial.

III. DO MÉRITO

Em que pese a empresa Recorrida tenha apresentado o menor valor, e tenha se classificado em primeiro lugar, a mesma utilizou de algumas manobras as quais consideramos ferir o princípio da isonomia entre os licitantes.

Isto porque, análise das propostas deve ser feita estritamente conforme o edital de licitação, ao que todos estão vinculados, ou seja, tanto a Administração Pública como as proponentes. Assim, passa-se à análise pormenorizada do que consideramos estar em desconformidade com o que dispõe o edital, bem como a IN 05/2017.

A. DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTIVIDADE DIFERENTE DA INFORMADA NO EDITAL

Como sabemos, o ente público ao realizar o estudo preliminar, bem como na elaboração do Termo de Referência, busca trazer todas as características dos serviços que se pretende contratar, qual seja, a informações sobre as atividades a serem realizadas, periodicidade dos serviços, funções, matérias, uniformes, epi's, bem como traz especificadamente a área física a ser limpa e produtividade ideal para a boa execução dos serviços e atividades.

Verifica-se, portanto, que esta Administração, por ocasião do planejamento da contratação em apreço, tendo conhecimento dos ambientes que seriam limpos e conservados e em observância aos limites, estabeleceu a produtividade que deveria ser considerada pelos seus licitantes na formulação das propostas.

Por isso, ao elaborar o edital fez constar no Anexo VII (modelo planilha) a produtividade adotada para execução dos serviços, a seguir exposta:

M² das Unidades UFGD PRODUTIVIDADE EDITAL

Pisos Acarpetados 324,6 800,00
 Pisos Frios 39.091,48 925,00
 Laboratórios 6.611,39 360,00
 Almoxarifados/galpões 301,42 1500,00
 Áreas com espaços Livres 15.900,03 1300,00
 Pisos Pavimentos adjacentes 5.592,01 1800,00
 Varrição de passeios e arr 772,46 6000,00
 Pátios e áreas verdes média 229,69 1800,00
 Pátios e áreas verdes baixa 435,06 1800,00
 Face externa com exposição 3.448,99 130,00
 Face externa sem exposição 10 300,00
 Face interna 98,15 300,00
 Fachadas Envidraçadas 5.553,27 130,00
 Banheiros - INSALUBRE 2.574,75 250,00

Ocorre que a empresa Recorrida ao elaborar sua proposta utilizou de produtividade bem acima da prevista por esta Administração, em consequência do aumento de produtividade haverá a redução expressiva do número de colaboradores que irão executar os serviços.

Neste sentido, o item 14.39 que trata das obrigações da contratada prevê o seguinte:

14.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação

Ou seja, pelo parâmetro adotado pela Administração e para a boa prestação dos serviços estabeleceu-se a produtividade ideal para prestação dos serviços na UFGD.

Veja, com a produtividade adotada pela Administração, bem como a periodicidade informada, vislumbrou-se a contratação em torno de 94 a 95 colaboradores para executar os serviços, conforme quadro abaixo:

TIPO DE ÁREA DESCRIÇÃO Área (M²) PERIODICIDADE PRODUTIVIDADE (m²) FREQ. DIÁRIA - 220HS/MÊS FREQ. QUINZENAL 16HS/MÊS FREQ. SEMESTRAL - 8HS/SEM.

I - Áreas Internas Pisos Acarpetados 324,60 DIÁRIA 800,00 0,41

Pisos Frios 39.091,48 DIÁRIA 925,00 42,26

Laboratórios 6.611,39 DIÁRIA 360,00 18,36

Almoxarifados/galpões 301,42 DIÁRIA 1500,00 0,20

Áreas com espaços Livres - saguão, hall e salão 15.900,03 DIÁRIA 1300,00 12,23

II - Áreas Externas Pisos Pavimentos adjacentes/contíguos às edificações 5.592,01 DIÁRIA 1800,00 3,11

Varrição de passeios e arruamentos 772,46 DIÁRIA 6000,00 0,13

Pátios e áreas verdes com média frequência 229,69 DIÁRIA 1800,00 0,13

Pátios e áreas verdes com baixa frequência 435,06 DIÁRIA 1800,00 0,24

III - Esquadrias Externas Esquadrias faces externas com Exposição de Risco 3.448,99 QUINZENALMENTE 130,00 26,53 2,249

Esquadrias faces externas sem Exposição de Risco 10,00 QUINZENALMENTE 300,00 0,03 0,002

Esquadrias faces internas 98,15 QUINZENALMENTE 300,00 0,33 0,024

IV - Fachadas Envidraçadas Fachadas Envidraçadas 5.553,27 SEMESTRAL 130,00 42,72 0,302

V - Área Insalubre - banheiros Área Insalubre - banheiros 2.574,75 DIÁRIO 250,00 10,30

80.943,30 PESSOAS 89,94

Encarregado 1,00

Total de Funcionários: 95

Sabemos que embora a contratação seja por metro e não por posto de trabalho, ao alterar a produtividade, consequentemente o número de colaboradores deverá ser bem inferior, o que consequentemente poderá acarretar na baixa qualidade dos serviços prestados.

Logo, a Recorrida ao apresentar sua proposta, informa que a quantidade total de colaboradores que irá dispor para executar os serviços é de 78 colaboradores, ou seja, 17 colaboradores MENOS do que seria previsto caso utiliza-se da produtividade constante no Anexo VII do Edital.

Ressaltamos da importância de seguir a produtividade adotada pela Administração, logo que a limpeza a ser realizada na Universidade Federal da Grande Dourados tem características próprias, onde há uma grande número de funcionários e alunos circulando, ou seja, é um local que circula diariamente número expressivo de pessoas, devendo a empresa contratada dispor de quantidade suficientes de funcionários para manter o local limpo e higienizado.

Desta feita, fica claro que a aceitação da proposta da empresa Recorrida implica não só em grande perigo para a Administração Pública, considerando que não há garantias de que a empresa possa executar o contrato no valor e qualidade esperados, podendo gerar grande prejuízo ao erário público, bem como total afronta a produtividade adota em edital, ferindo a isonomia entre os licitantes, previsto literalmente pelos arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Nesse sentido é a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro :

Pela licitação, a Administração abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de apresentação de proposta. Quando a Administração convida os interessados pela forma de convocação prevista em lei (edital ou carta-convite), nesse ato convocatório vêm contidas as condições básicas para participar da licitação, bem como as normas a serem observadas no contrato que se tem vista celebrar; o atendimento à convocação implica a aceitação dessas condições por parte dos interessados. Daí a afirmação segundo a qual o edital é alei de licitação e, em consequência, a lei do contrato. Nem a Administração pode alterar as condições, nem o particular pode apresentar proposta ou documentação em desacordo com o exigido no ato da convocação, sob pena de desclassificação ou inabilitação, respectivamente (...) (grifei)

Nesse sentido, é também o posicionamento reiterado da jurisprudência, inclusive do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR):

MANDADO DE SEGURANÇA - PREGÃO PRESENCIAL - LICITAÇÃO - NÃO CUMPRIMENTO DO EDITAL - ERRO NA PLANILHA DE CUSTO - VALORES APRESENTADOS QUE NÃO ATENDEM OS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O SERVIÇO LICITADO - DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. (Tribunal de Justiça do Paraná - 4ª C.Cível em Composição Integral - MS - 912784-0 - Curitiba - Rel.: Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes - Unânime - - J. 31.07.2012)

Na mesma linha de entendimento, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, já decidiu:

ADMINISTRAÇÃO. LICITAÇÃO, RECURSO, MOTIVAÇÃO. NÃO CONCORDÂNCIA COM DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. REMESSA OFICIAL DESPROVIDA. 1. A impetrante aponta dois atos que reputa ilegais da autoridade coatora na licitação em tela: a recusa da sua proposta e a negativa da admissão de seu recurso. 2. A licitação em tela é do tipo menor preço. De fato, o preço representa o fator de maior relevância nesse tipo de licitação, mas não é o único a ser observado, como preceitua o art. 45, parágrafo 1º, I, da Lei n.º 8.666/93. Assim, não deve prevalecer a tese da Impetrante de que a planilha de custos é peça meramente informativa cabendo ao Impetrado fazer uma análise da planilha de custos apresentada pelos licitantes, afim de que fossem analisados os requisitos previstos no edital. 3. Constatadas desconformidades, como de fato foram, cabe a desclassificação da licitante (*). 4. Quanto à negativa do recebimento do recurso administrativo apresentado, Decreto n.º 5.450/2005, que regulamenta, no âmbito federal, o pregão na forma eletrônica, é expresso em seu art. 26, parágrafo 1º, no sentido de determinar que a manifestação quanto à intenção de recorrer deva ser devidamente motivada, tendo o licitante o prazo de 3 (três) dias para apresentar suas razões. 5. Depreende-se que esta motivação é apenas a exposição sumária do fato que deu causa à intenção de recorrer, sendo que o mérito da questão será discutido nas razões de recurso apresentadas posteriormente. O motivo exposto pela Impetrante atende à aludida exigência, pois explicitou que a razão para a interposição do recurso foi a não concordância com a desclassificação de sua proposta. 6. Remessa Oficial conhecida, mas desprovida. TRF5, reo 2007.5000001713-8, rel. des. federal Francisco Barros Dias.

Portanto, imperiosa se faz a revisão da decisão do Pregoeiro e Comissão de Licitação, no sentido de vir a declarar a DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA, conforme fundamentação acima exarada, o que desde já se requer.

B. DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL NO QUE SE REFERE AOS PERCENTUAIS PROVISIONADOS NA CONTA VINCULADA.

O Item 6.2 do edital prevê:

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

No que se refere a Conta Vinculada, o edital de licitação prevê que para atendimento ao disposto no art. 18 da da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência.

20.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a. 13º (décimo terceiro) salário;
- b. Férias e um terço constitucional de férias;
- c. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- e. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Neste sentido, a IN 05/2017 estabelece os seguintes percentuais para provisão em Conta Vinculada:

13 (décimo terceiro) salário = 8,33%

Férias e 1/3 Constitucional = 12,10%

Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado = 5,00 %

Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13 (décimo terceiro) salário

Ocorre que observando a proposta e planilha apresentada pela empresa Recorrida nos deparamos com a não observância dos percentuais obrigatórios a serem retidos em conta vinculada, e que consequentemente devem estar previstos na proposta da empresa Recorrida.

Ora, a administração não pode ignorar a regra do edital e da lei e convalescer com os vícios da proposta de preços da Recorrida. Nem tão pouco a ora Recorrente, que observou corretamente os encargos legais, e também as

orientações trazidas pela IN 05/2017 do MPGD, e a previsão editalícia, pode ser vencida tão somente pelos erros e equívocos da Recorrida. Em ambas as hipóteses, há quebra de isonomia e igualdade de tratamento entre os licitantes.

Desta feita, não pode ser considerada como mais vantajosa a proposta de preços que não atende regra editalícia, na forma do art. 48, II da Lei nº 8.666/93.

Ademais, privilegiando o princípio da isonomia e da igualdade entre os licitantes, o legislador fez questão de mencionar que o instrumento convocatório será claro e com parâmetros objetivos, não permitindo cláusulas dúbias, que permitam a concorrência desleal.

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

Ora, o erro de preenchimento de planilha, quando insanável por incidir sobre custo exigido pelo edital e pela lei como necessários para a adequada prestação de serviços, é causa de desclassificação da proposta de preços, por força do que dispõe os princípios da legalidade, isonomia, igualdade e os demais correlatos.

Salientamos, que somado o erro apontado em planilha no que se refere aos percentuais a serem cotados para conta vinculada, bem como a alteração pela empresa Recorrida da produtividade nas planilhas, não seria possível "fechar" os valores sem a MAJORAÇÃO DO PREÇO GLOBAL, o que é vedado por lei e pelo Instrumento Convocatório. Isto é, caso sejam incluídos os custos corretos, os custos superarão o valor da proposta, evidenciando a inexecutabilidade do preço proposto.

É dizer: a recorrida realmente apresentou a proposta de menor valor, entretanto, isso apenas ocorreu em razão da existência de valores incorretos quanto aos seus custos, gerando vícios insanáveis na proposta de preços. Desta feita, solicitamos a desclassificação da empresa recorrida.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja recebido o presente recurso e no mérito:

- a) Seja reconsiderada a decisão do pregoeiro, com a consequente desclassificação da proposta da Recorrida, nos termos da fundamentação.
- b) Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere sua decisão, requer-se que sejam os autos remetidos para Autoridade Superior competente para reforma da decisão, devidamente fundamentado.

Termos em que pede deferimento.

Toledo (PR), 7 de abril de 2020.

GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI – EPP
CNPJ 08.058.662/0001-24

Fechar



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS**

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 07/04/2020

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS Nº 7/2020 - DILIC (11.01.11.04.03) - DILIC (11.01.11.04.03)
(Nº do Processo: 23005.002969/2018-16)

(Assinado digitalmente em 22/04/2020 11:48)
PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA
CHEFE DE DIVISAO
1876926

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: 7, ano: **2020**, tipo: **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**, data de emissão: **22/04/2020** e o código de verificação: **b729f588d5**